

**XI JORNADAS NACIONALES DE EXTENSION RURAL
III JORNADAS DE EXTENSION DEL MERCOSUR**

TÍTULO DO TRABALHO SUBMETIDO A APRECIÇÃO :

VISÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO RURAL

TIPO DE TRABALHO : ENSAIO

AUTORES :

VIVIEN DIESEL: Prof. Adjunto do Dep. De Educação Agrícola e Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

Endereço para correspondência: DEAER/ CCR/ UFSM, CAMPUS
CAMOBI, Santa Maria
Rio Grande do Sul, Brasil.
CEP: 97119-900
Fone: 055 – 220 8458
Fax: 055 – 220 8904
e-mail: vivien@ ccr.ufsm.br

PAULO ROBERTO CARDOSO DA SILVEIRA : Prof. Assistente Dep. De Educação Agrícola e Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria e Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, Município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

PEDRO NEUMANN: Prof. Assistente Dep. Educação Agrícola e Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul e Doutorando na Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.

ANDRE RAUPP: Acadêmico de Agronomia, Bolsista FIEX/UFSM, Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil.

VISÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO E EXTENSÃO RURAL

Resumo: No presente trabalho toma-se como referência o caso brasileiro e argumenta-se que, na atualidade, existe uma disputa entre visões sobre o desenvolvimento. A cada visão sobre o desenvolvimento corresponde uma proposta de atuação para organizações de extensão rural. A falta de hegemonia na concepção do desenvolvimento explicaria o quadro de indefinições e controvérsias na discussão sobre o futuro das organizações de extensão rural.

Introdução

As organizações de extensão rural disseminaram-se na América Latina a partir da década de cinquenta, guiadas pela esperança de promover a melhoria das condições de vida da população rural mediante difusão tecnológica. Via de regra estas organizações serviram, posteriormente, aos governos na implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico.

A “crise da dívida”, a “crise do estado”, os programas de ajuste estrutural dos anos 80 e a “crise do modelo de agricultura industrial” abalaram os alicerces das organizações de extensão rural.

No Brasil, as “crises” e o movimento de democratização política favoreceram um “repensar” da prática extensionista, aproximando-a das concepções educativas de Paulo Freire.

A(s) crise(s) dos anos 80 foram sucedidas pela clara opção pela orientação econômica neoliberal. Tais opções político-ideológicas determinaram, no caso brasileiro, a desestruturação do sistema nacional de extensão rural, até então vigente. Assim, a partir do início dos anos noventa, as organizações de extensão rural enfrentam o desafio da legitimação político-ideológica e reconstituição institucional.

O momento atual, no Brasil, é marcado pela heterogeneidade. Com a dissolução da coordenação nacional, as organizações de extensão rural passam a

ser assumidas pelos estados e municípios seguindo, a partir daí, trajetórias institucionais diversas.

Existem controvérsias sobre o futuro das organizações e sua missão institucional. Argumentar-se-á, no presente trabalho, que estas controvérsias tem suas raízes em diferentes percepções sobre os caminhos indicados para alcançar o almejado “desenvolvimento”.

Tomando-se como referência a discussão brasileira recente, especialmente no sul do país, distinguem-se, para fins de análise, cinco grandes matrizes interpretativas que implicam diferentes atribuições às organizações de extensão rural¹:

- desenvolvimento no contexto da globalização e a questão da competitividade;
- desenvolvimento sustentável e a questão da regulação;
- desenvolvimento com equidade e a questão da agroecologia;
- desenvolvimento local e a questão da participação; e
- a “rurbanização”, as ocupações rurais não agrícolas e o desenvolvimento.

Considera-se que a caracterização das tendências se justifica por suas contribuições para elucidação da discussão atual sobre o futuro das organizações de extensão rural.

Desenvolvimento no contexto da globalização e a questão da competitividade

Trata-se de uma matriz que orienta discursos de instituições promotoras do desenvolvimento na abordagem da problemática do desenvolvimento econômico nacional.

As organizações de apoio ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, sobretudo o Banco Mundial defendem, desde o início dos anos 80, modelos de crescimento orientado para fora (em oposição ao modelo anteriormente adotado por muitos países da América Latina de crescimento orientado para dentro).² Neste contexto, assume-se como desafio alcançar uma crescente participação no mercado externo. Adotando-se o pressuposto de uma crescente desregulamentação e abertura econômica no comércio mundial, argumenta-se que incrementos de participação só podem ser alcançados mediante incremento da eficiência produtiva a qual viabiliza a competitividade do produto no mercado internacional.

Dada a importância da noção de competitividade, ela passa a ser um elemento central na reflexão acadêmica sobre o tema tendendo-se, na discussão, a evoluir de uma visão centrada em fases do processo produtivo para uma visão sistêmica.³ Nesta transposição, a inovação tecnológica na produção agrícola perde importância relativa na determinação da competitividade em relação às visões anteriores, mas continua a ser fundamental. Deste modo, a viabilização da competitividade implica investir no aperfeiçoamento tecnológico de todas as fases do processo produtivo.

Entende-se que dentro desta matriz interpretativa não está pré-determinada a natureza da participação do Estado, evidenciando-se posições estatizantes contrapondo-se a privatizantes. A experiência brasileira do programa de indução de demanda em C& T no âmbito do Agronegócio, do CNPq, constitui um bom exemplo das tendências em curso. Neste caso, o Estado atua como fomentador da

¹ A presente distinção de matrizes interpretativas justifica-se para fins de análise. Admite-se que a descrição é simplificadora e que os discursos correntes sobre o desenvolvimento tendem a mesclar elementos de distintas matrizes.

² Sobre as orientações para a promoção do desenvolvimento econômico adotadas a partir de 1980, ver Rodrik (1995).

³ Schwarzer (1993); CEPAL (1993); Bielschowsky (2000)

competitividade em diversas cadeias específicas em parceria com instituições públicas e privadas na realização de programas de pesquisa estabelecidos coletivamente.⁴

A questão da necessidade de organizações públicas de extensão rural é sujeita a diversos olhares. Nesta mesma matriz aufere-se uma grande relevância à inovação tecnológica no processo de produção agrícola, mas, simultaneamente, idealiza-se a intensificação das relações de coordenação entre os agentes da cadeia produtiva. Via de regra considera-se que, na ponta da cadeia, encontra-se a agroindústria processadora de matérias-primas agrícolas, cabendo a ela papel relevante na determinação do sentido e na promoção da inovação tecnológica. Neste caso, prescindir-se-iam das organizações públicas de extensão rural visto que a promoção da inovação tecnológica seria realizada pela agroindústria, interessada em adequar as quantidades e qualidades da matéria-prima produzida às suas demandas.⁵

Textos como Schjetman et al. (1998) discutem as formas como o Estado poderia vir a favorecer o desenvolvimento agroindustrial e identificam a oportunidade de atuar na difusão tecnológica. Tais considerações são relevantes na medida em que a busca pelo desenvolvimento econômico em regiões marginais pode levar, efetivamente, o estado a assumir papéis que, idealmente, haveriam de ser desempenhados pelas empresas privadas.

⁴ Ver Pinheiro et al. (1998)

⁵ É provável que nesta matriz argumente-se que as organizações públicas de extensão rural não são necessárias devido à existência de grande número de agentes privados capazes de assegurar assistência técnica aos agricultores. Neste contexto, torna-se interessante a proposta de Lydijusse & Canever (2000) que argumentam que a extensão rural pública teria papel de regulação dos agentes privados que atuam na assistência técnica, orientando os agricultores sobre a qualidade dos serviços prestados. Experiências de privatização dos serviços públicos de extensão rural, no Brasil, tem demonstrado que a ausência de uma supervisão/ coordenação por parte do Estado leva a grandes divergências nas formas de atuação, como ressaltam Marinho et al (1999) e Pinto (2001)

Desenvolvimento sustentável e a questão da regulação

Trata-se de uma matriz que tem suas origens na crítica ecologista ao modelo de sociedade urbano-industrial, explicitada a partir da década de 70. A legitimidade da crítica levou a sua incorporação em diversos discursos sobre o desenvolvimento dando origem a propostas como ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e, mais recentemente, ao enfoque agroecológico da questão do desenvolvimento.

A noção de desenvolvimento sustentável traduz a busca de um “desenvolvimento equilibrado” nas dimensões econômica, social e ambiental; vem servindo de referência discursiva para governos nacionais e locais e, sobretudo, para as organizações governamentais relacionadas à área de preservação da qualidade ambiental.⁶

No campo do desenvolvimento rural a noção de desenvolvimento sustentável remete ao respeito à capacidade de suporte dos ecossistemas, à preocupação com preservação dos recursos naturais e patrimônio genético e/ ou uma agricultura de baixos insumos externos. Trata-se, portanto, de um esforço por tornar menos agressivo ambientalmente e menos injusto socialmente um modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Sua operacionalização se manifesta, via de regra, como proliferação de normas e regulamentos legais e organizações relacionadas ao meio ambiente. Recentemente, a preocupação com preservação de recursos naturais tem justificado a realização de programas de desenvolvimento rural diferenciados, que buscam conciliar a melhoria das condições econômicas dos agricultores com a preservação ou melhoria das condições ambientais.

⁶ Admite-se que não existe, na academia, um consenso sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, prova disto são as nuances introduzidas pela área do conhecimento, como discutem Cernea (1993), Rees (1993) e Serageldin (1993), por exemplo. Adotou-se, aqui, uma conceituação genérica, embasada na clássica definição apresentada no Relatório Brundtland.

Entende-se que a noção de desenvolvimento sustentável tem sua base numa economia de mercado, sendo-lhe inerente, portanto, a ocorrência de divergências entre o ótimo social, ótimo ambiental e ótimo privado. Neste contexto, a ação do Estado se manifesta como ação de regulação visando resolver conflitos socialmente relevantes, derivados da contradição inerente a dinâmica do sistema econômico.

A ação extensionista, idealmente, refere-se a esta mediação entre os interesses do Estado e os interesses dos agricultores, via de regra dando prioridade àqueles. Trata-se de uma ação eminentemente educativa onde perde relevância a dimensão tecnológica e ganha relevância a dimensão ambiental com a busca e negociação de soluções para os conflitos.

Estima-se que muitas organizações de extensão rural tradicionais poderiam encontrar dificuldades para realizar este tipo de trabalho e, por isso, em condições específicas, podem proliferar “novas instituições”.⁷

Deve-se considerar, por fim, que a ação do Estado na área ambiental é, historicamente, caracterizada por contradições de modo que se avalia que as organizações que assumirão papel na promoção do desenvolvimento sustentável tendem a refletir estas contradições enfatizando ora a produção, ora preservação.⁸

Desenvolvimento com equidade e a questão da agroecologia

Embora com raízes comuns ao desenvolvimento sustentável esta matriz se distingue pela maior preocupação com questões culturais e de equidade social, propondo mudanças radicais na forma de perceber o fenômeno do desenvolvimento. Idealmente não se trata, neste caso, de ajustar o

⁷ Neste sentido é interessante o estudo de Pinto & Bergamasco (2000) sobre as dificuldades das organizações de extensão rural de São Paulo adequarem-se aos requisitos para promoção do desenvolvimento sustentável.

desenvolvimento econômico para melhoria de sua performance social e ambiental, como quer o desenvolvimento sustentável. Trata-se, outrossim, de pensar um modelo de desenvolvimento sob novas bases teóricas.⁹ Entende-se que a perspectiva da co-evolução tem constituído um dos referenciais mais relevantes dentro da matriz da agroecologia. Sob esta ótica pretende-se que a criatividade humana seja utilizada para gestar novas formas de convivência entre sociedades e o ambiente físico, buscando trajetórias de incremento na qualidade de vida e do ambiente, simultaneamente.¹⁰

O estudo da dinâmica de sistemas ecológicos naturais e agroecossistemas sustentáveis geridos por populações tradicionais tem servido para construir referências de modelos técnico-produtivos nesta nova matriz, valorizando-se a diversidade cultural e ecológica.

A aplicação deste referencial para conceber ações de desenvolvimento é ainda incipiente. Há referências de projetos comunitários de abrangência local ou micro-regional¹¹ e, principalmente na região sul do Brasil, argumenta-se que este referencial pode inspirar as ações de promoção do desenvolvimento junto a agricultura familiar. No RS, um governo comprometido politicamente com a equidade social elege como público prioritário de sua intervenção os segmentos marginalizados social e economicamente. No âmbito rural, os agricultores familiares passam a ser os beneficiários da política pública. Na busca das alternativas de desenvolvimento, parte-se do reconhecimento das restrições das condições

⁸ As contradições da política ambiental e política econômica para o caso brasileiro foram apontadas já no início da década de noventa, por Guimarães (1992). Cabe reconhecer, ainda, a tendência a uma mudança na forma institucional tendo em vista as reformas no Estado que levam a valorização de instituições públicas não estatais.

⁹ O livro de Altieri intitulado “ Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa” apresenta contribuições para compreensão da proposta e objeto da agroecologia. Autores como Eduardo Sevilla Guzman também oferecem importantes contribuições nesta área temática.

¹⁰ Considera-se que as reflexões de Richard B. Norgaard, em suas mais diversas publicações, constiuem referência importante para a noção de co-evolução.

agroecológicas e econômicas enfrentadas pelos agricultores familiares e da inviabilidade técnico-econômica dos modelos produtivos preconizados durante o período de modernização, concluindo-se da necessidade de evitar a excessiva dependência de insumos externos à propriedade, a monocultura e a produção tecnificada de “commodities” em pequena escala. Neste contexto, revela-se a necessidade de modelos produtivos específicos, capazes de valorizar os recursos e condições próprias a estas unidades produtivas, que não comprometam a reprodução da unidade familiar em longo prazo. Atualmente, considera-se que a produção de alimentos orgânicos para nichos de mercado, em crescimento, viabilizaria a inserção das unidades familiares no mercado, garantindo sua reprodução econômica e do agroecossistema.¹²

A realização do ideário da co-evolução implica o discernimento de formas produtivas que possibilitem a almejada co-evolução partindo da heterogeneidade social e das condições ambientais, atentos ao contexto sócio-político histórico em que a unidade produtiva se insere. Assim, coloca-se a necessidade de construir soluções específicas caso a caso (tratando-se de localidades e/ou de unidades produtivas).

Via de regra preconiza-se uma “integração de saberes” na construção das alternativas para a agricultura familiar.¹³ Admite-se, assim, a necessidade de instituições de apoio reconhecendo a importância do conhecimento técnico-científico e as dificuldades de acesso a informações dos agricultores mais pobres. Deste modo tende-se a uma revalorização da dimensão do aconselhamento tecnológico

¹¹ Sobre experiências de aplicação do enfoque agroecológico ver revista publicada por CLADES (Chile), intitulada: Agroecología y Desarrollo.

¹² As novas orientações da extensão rural do RS e sua vinculação com a proposta da agroecologia estão expostas em Caporal (1999)

¹³ Maior aprofundamento sobre a questão da relação entre os saberes na proposta da agroecologia pode ser encontrado no trabalho de Guivant (1997).

no trabalho extensionista. Considera-se, entretanto, que a forma de atuação preconizada distingue-se substancialmente daquela adotada na difusão de inovações. Inicialmente, requer-se respeito ao conhecimento do agricultor considerando-se que, em certas ocasiões, o agricultor pode ser protagonista dos processos de pesquisa e aconselhamento técnico a outros agricultores.¹⁴ Em segundo lugar, o desafio a ser enfrentado refere-se a resolução de problemas pela geração de novos conhecimentos e não mais pela aplicação de “receitas” geradas pelas instituições de pesquisa.

O reconhecimento da necessidade de assegurar um serviço público de “apoio técnico” não implica defender a manutenção das atuais organizações de extensão rural. Identifica-se que a matriz agroecológica tem inspirado a ação de organizações não-governamentais, valorizadas por agências de financiamento ao desenvolvimento por sua capacidade de inovação e flexibilidade.¹⁵ Assim, é possível pensar que o “apoio técnico” pode ser viabilizado por verbas públicas, repassadas a organizações públicas não governamentais.

Desenvolvimento local e a questão da participação

Trata-se de uma interpretação que valoriza os condicionantes políticos do desenvolvimento e, aparentemente, tem encontrado eco entre gestores de políticas públicas e representantes de movimentos sociais.

Nesta matriz incluem-se aquelas vertentes que buscam alcançar uma sociedade mais justa mediante favorecimento da participação política dos segmentos sociais marginalizados econômica e socialmente e, para tanto, perseguem, via de regra, a democratização das sociedades do Terceiro Mundo.

¹⁴ A diversidade de metodologias que tem sido experimentadas fica evidente no trabalho de Kamp & Schuthof (1991)

Nesta interpretação as sociedades do Terceiro Mundo caracterizam-se, tradicionalmente, pela presença de uma elite econômica que concentra o poder político e promove um governo autoritário, orientado à realização de seus interesses. A iniciativa de superação da pobreza, sob governos autoritários, tem orientação “top-down”, e dificilmente correspondem às aspirações e condições das populações mais pobres, não resultando em melhorias em suas condições de vida.

Considera-se que a melhoria das condições de vida das populações marginalizadas requer sua participação no desenho das ações de desenvolvimento. Tal participação somente será viabilizada mediante descentralização política.

Assumidos estes pressupostos, toma-se como desafio a descentralização do poder e promoção da organização política das populações rurais com vistas a favorecer sua participação.

Recentemente, observa-se um reforço a este tipo de interpretação pela valorização da proposta de “desenvolvimento local” enquanto novo paradigma de desenvolvimento.¹⁶

No que se refere ao meio rural na região sul do Brasil, a referência ao “desenvolvimento local” vem se equivalendo, simultaneamente, à descentralização, à criação de novas instituições políticas suprapartidárias (conselhos) e construção participativa de planos de desenvolvimento local (sobretudo municipais).

A construção dos planos locais de desenvolvimento requer um trabalho de mobilização da população rural para a participação política bem como a “moderação” dos processos de diagnóstico e planejamento participativos.

As organizações de extensão rural tem assumido, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, um protagonismo neste processo de mobilização e moderação no

¹⁵ Sobre a evolução da proposta das ongs de desenvolvimento rural ver Diesel & Dias (1999)

diagnóstico e planejamento participativo mediante aplicação das técnicas de PRA¹⁷. Neste contexto, o trabalho extensionista se reconfigura e, de difusor de tecnologia passa a ser de “agente de desenvolvimento local” atuando simultaneamente como comunicador/ moderador/ educador/ negociador.

Observa-se que, embora as organizações de extensão rural venham assumindo este trabalho no Rio Grande do Sul, não há clareza de que continuarão a fazê-lo. Tal assertiva deve-se ao fato de que a problemática do desenvolvimento local supera a questão da produção agrícola e por isso as organizações de extensão (que geralmente associam-se à produção rural) devem ser consideradas legítimas para representar as demais instituições que atuam no meio rural, o que nem sempre acontece.

“Rurbanização”, ocupações rurais não agrícolas e o desenvolvimento

Esta interpretação é formalizada principalmente por acadêmicos relacionados ao campo da Sociologia, que observam as transformações sociais recentes no meio rural.¹⁸ De modo genérico pretende-se questionar a validade das teorias clássicas para “descrição” da realidade rural, a natureza e magnitude das transformações recentes e as implicações destes fenômenos para a esfera de formulação de políticas.

De modo genérico coloca-se que a agricultura perde importância econômica para os estabelecimentos rurais cujos membros, crescentemente, vinculam-se a ORNAS (ocupações rurais não agrícolas). Assim, o rural não equivale a agrícola e,

¹⁶ Entende-se que a discussão atual sobre o desenvolvimento local está bem caracterizada nas obras de Boisier (2000) e Bandeira (2000)

¹⁷ Sobre PRA ver Chambers (1994)

¹⁸ No Brasil, José Graziano da Silva coordena uma equipe de pesquisa que tem se destacado nas contribuições sobre o tema. As implicações para as políticas públicas são abordadas em trabalhos como Silva (2000) e Schejtman & Reardon (2000)

portanto, as políticas agrícolas talvez não constituam a forma mais indicada de promover o desenvolvimento rural.

Argumenta-se que as políticas devem abranger a diversidade de interesses resultante da heterogeneidade social e, inclusive, favorecer as alternativas de emprego rural não agrícola.

Nesta interpretação, as organizações de extensão rural perdem relevância porque identificadas com a problemática da produção agrícola e dos agricultores (que reduzem em número e em importância relativa).

As visões sobre desenvolvimento, a dinâmica política e a extensão rural

Considera-se que, atualmente, a controvérsia domina o campo de discussão sobre o futuro da extensão rural. Via de regra os textos consultados adotam perspectiva ora de condenação, ora de defesa de organizações públicas de extensão rural, amparando-se em uma ou outra das interpretações sistematizadas.

Talvez o entendimento das tendências futuras das organizações de extensão rural requeira que se considere que cada interpretação equivale a um projeto político assumido por determinados grupos sociais. A vigência de uma ou outra interpretação, neste caso, depende do embate e jogo de poder entre grupos com propostas distintas. Como, via de regra, um grupo não elimina o outro, as políticas e práticas sociais traduzem avanços e recuos e, conseqüentemente, deslocamentos entre interpretações diferenciadas. Tal é o que se observa no estado do Rio Grande do Sul. A dominância política dos grupos identificados com a “esquerda” tem significado a valorização da agricultura familiar, do desenvolvimento local e da agroecologia. Tais leituras têm colocado aos extensionistas o desafio de gerar tecnologias dentro da perspectiva agroecológica e, simultaneamente, atuar na

mobilização e moderação para diagnóstico e planejamento do desenvolvimento local. Tais tendências contrastam com a prática histórica de difusão de tecnologia exercida pela instituição, passível de justificação, atualmente, dentro de uma matriz interpretativa de promoção da competitividade. Compreende-se que, como resultado de sua coexistência, as diferentes interpretações constituem “pólos de atração” deslocando a prática extensionista de um momento a outro, sem definir-lhe claro perfil. O risco, neste momento, é que a interpretação justificadora da prática extensionista não esteja clara para quem a exerce ou para quem deve referendá-la (os agricultores). Tais circunstâncias gerariam insuficiência de desempenho, que coloca em risco a legitimidade da instituição e, conseqüentemente, sua reprodução social.

Referências Bibliográficas

ALTIERI, M. A. **Agroecology: the Scientific Basis of alternative Agriculture**. Boulder Colorado: Westview Press, 1987.

BANDEIRA, P. S. Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional. In: BECKER, D.F. BANDEIRA, P.S. (org.) **Desenvolvimento Local-Regional: Determinantes e Desafios Contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 151-186.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de Pensamento na CEPAL: uma resenha. In: ____ (org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. RJ: Record, 2000. v.1. p.13-67

BOISIER, S. Desarrollo (Local): De qué Estamos Hablando? In: BECKER, D.F. BANDEIRA, P.S. (org.) **Desenvolvimento Local-Regional: Determinantes e Desafios Contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 151-186.

CAPORAL, F.R. Em Direção à Extensão Rural do Futuro: Caminhos Possíveis no Rio Grande do Sul. In: BRACAGIOLI NETO, A (org.) **Sustentabilidade e Cidadania: O Papel da Extensão Rural**. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999. p. 121-174.

CEPAL. **Organizacion Industrial, Competitividad Internacional y Politica Publica en la decada de los años noventa**. Chile: CEPAL, 1993.

CERNEA, M.M. Como os Sociólogos vêem o desenvolvimento sustentável. **Finanças e Desenvolvimento**, p.11-13, dez. 1993.

CHAMBERS, R. The origins and practice of Participatory Rural Appraisal. **World Development**, v.22, n.7, p.953-969, 1994.

DIESEL, V. DIAS, M.M. A Proposta das ONGs para o desenvolvimento rural: uma avaliação crítica. **Extensão Rural**, Santa Maria, n.06, p. 31- 46, 1999.

GUIMARÃES, R.P. Políticas de Meio Ambiente para o Desenvolvimento Sustentável: Desafios Institucionais e Setoriais. **Planejamento e Políticas Públicas**, n.7, p. 57-79, jun. 1992.

GUIVANT, J. Heterogeneidade de Conhecimentos no Desenvolvimento Rural Sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.14, n.3, p. 411-447, 1997.

KAMP, J. Van der; SCHUTHOF, P. **Geração participativa de tecnologias: implicações práticas e teóricas**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 94p.

LYDIJUSSE, J. CANEVER, M.D. A Extensão Rural no Contexto da Sociedade Moderna. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXVIII, Rio de Janeiro, 2000. **Anais...** Brasília: SOBER, 2000. 1 CD.

MARINHO, D.N. et al. **Projeto Lumiar: uma Avaliação Qualitativa**. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXVII, Foz do Iguaçu, 1999. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999. 1 CD.

PINHEIRO, L.E.L. et al. Experiência de Indução de Demanda em C&T no Âmbito do Agronegócio - CNPq. In: CALDAS, R. de A. et al (eds) **Agronegócio Brasileiro, Ciência, Tecnologia e Competitividade**. Brasília: CNPq, 1998.

PINTO, A.G.BERGAMASCO, S.M.P.P. A Construção de uma Nova Extensão Rural: O Potencial dos Técnicos da Rede Pública de São Paulo. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXVIII, Rio de Janeiro, 2000. **Anais...** Brasília: SOBER, 2000. 1 CD.

PINTO, R.S. Políticas de Terceirização da Assistência Técnica e Extensão Rural: Um novo tipo de Relação entre Governo e ONG? O caso da Microregião de Marabá. Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XXXIX, Recife, 2001. **Anais...** Brasília: SOBER, 2001. 1 CD.

REES, C. Como os Ecologistas vêem o Desenvolvimento Sustentável. **Finanças e Desenvolvimento**, dez. 1993. p. 14-15.

RODRIK, D. Las reformas a la política comercial e industrial em los países em desarrollo: una revision de lãs teorías y datos recientes. **Desarrollo Económico**, v.35, n.138, p.179-225, jul/set 1995.

SCHEJTMAN, A; DIRVEN, M.; MORALES, C. Agroindustria y pequeña agricultura: experiencias y opciones de transformacion. In: CEPAL/GTZ/FAO. **Agroindustria y pequeña agricultura: vinculos, potencialidades y oportunidades comerciales**. Santiago: ONU, 1998.

SCHEJTMAN, A. REARDON, T. El Empleo Rural no Agrícola y los Proyectos como Política Rural. In: ORNAs, ocupações Rurais não agrícolas. **Anais:** oficina de atualização temática. Londrina: IAPAR, 2000. p.191-204

SCHWARTZER, H. **CEPAL: A Teoria Clássica e a Proposta de Transformação Produtiva com Equidade Social.** Curitiba, 1993. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, UFPR.

SERAGELDIN, I. Praticando o Desenvolvimento Sustentável. In: **Finanças e Desenvolvimento**, p.6-10, dez. 1993.

SILVA, J. G. Políticas não-agrícolas para o Novo Rural Brasileiro. In: ORNAs: Ocupações Rurais Não-agrícolas. **Anais:** Oficina de Atualização temática. Londrina: IAPAR, 2000. p.175-189